

Empresários descrevem esquemas

Para dono da Moinho Pacífico, concentração de poderes pelo governo facilita irregularidades

KÁSSIA CALDEIRA

O empresário Lawrence Pih, dono do Moinho Pacífico, acha que a corrupção ocorre mais facilmente no Executivo porque lá estão os recursos e a capacidade de conceder privilégios. De acordo com ele, pelos órgãos e autarquias do governo as verbas tramitam mais do que no Legislativo. É lá também que são liberadas. "São verdadeiros guichês da corrupção."

O empresário contou que, no início dos anos 80, o governo federal lançou o Programa Pró-álcool. Uma pessoa ligada a um governo estadual procurou-o: "Eu devia me candidatar ao programa de incentivo já que a área onde seria instalada a usina de álcool seria doada pelo governo estadual", disse. "Depois de ter o projeto aprovado, eu pagaria 20% à pessoa", completou. "Não aceitei, não vou dar nomes, mas o caso é mais um exemplo de corrupção no Executivo."

Segundo Eduardo Capobianco, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-SP), a corrupção cresceu no setor de obras públicas em função do poder do Estado para definir quem ganharia a obra e quem seria pago. Ele acha que esses problemas foram afastados com a lei 8.666. "Obra pública hoje está funcionando a preços de mercado, os guichês de corrupção estão enfraquecidos porque a chance de por dificuldade para vender facilidade reduziu-se com a nova lei de licitação." Para Carlos Eduardo Lima Jorge, diretor da

Associação Paulista de Empresas de Obras Públicas (Apeop), agora a corrupção tende a ocorrer "na liberação dos recursos atrasados, quando a iniciativa privada paga ao Executivo para receber o que lhe é devido."

"O Executivo é a esfera mais fácil de ser corrompida", avaliou Lawrence Pih. "São concessões, serviços não prestados e cobrados, financiamentos ou créditos subsidiados..." Para

ele, o Executivo tem mais corrupção porque controla a economia. "A corrupção é endêmica no País."

O diretor-superintendente do Grupo Votorantim, Antonio Ermírio de Moraes, já afirmara que "tem ladrão no governo" em 1989, no primeiro ano do governo Collor, o que custou-lhe um processo. Para ele, a

expressão continua válida. Ermírio disse que as empreiteiras superfaturam seus preços nas concorrências públicas porque sabem que receberão com atraso e sem correção.

Um caso que mostra o comportamento caloteiro do

PARA APEOP,
DÍVIDAS
SÃO O
PROBLEMA

governo, diz, é o que ocorre desde o governo Collor, quando a Eletrobrás acertou o pagamento de US\$ 800 milhões para fornecedores, construtoras e consultorias. A dívida deveria ter sido paga até abril de 1989, mas não foi. No fim, o Executivo disse que emitiria debêntures para serem resgatadas em 10 anos e os empresários ficaram aliviados: mesmo perdendo, receberiam alguma coisa.